



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO06>

## **Masculinidades e violência entre parceiros íntimos: um enfoque relacional**

*Masculinities and intimate partner violence: a relational approach*

*Masculinidades y violencia en la relación de pareja: un enfoque relacional*

---

Caetano da Providência Santos Diniz  
Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Pará e Professor de  
Psicologia da Universidade do Estado do Pará  
[caediniz@hotmail.com](mailto:caediniz@hotmail.com)  
<http://orcid.org/0000-0002-0619-0664>

Daniel Welzer-Lang  
Professor Doutor da Universidade de Toulouse-França  
[dwl@univ-tlse2.fr](mailto:dwl@univ-tlse2.fr)  
<http://orcid.org/0000-0003-4484-1058>

Serge Guinot  
Psicólogo, Coordenador da Associação Pharos, Genebra-Suíça  
[serge.guinot@pharos.geneve-ch](mailto:serge.guinot@pharos.geneve-ch)  
<http://orcid.org/0000-0002-3241-3681>

---

### **Resumo**

Este estudo teórico discute a relação entre as masculinidades e a violência entre parceiros íntimos heterossexuais a partir do enfoque relacional o qual a considera um problema humano que vai além das explicações centradas nas questões de gênero enquanto principal modelo explicativo. A violência entre parceiros íntimos é compreendida enquanto produto da dinâmica do casal e

tenderia a ocorrer de maneira recíproca. Segundo este enfoque, o jogo que se estabelece na relação infringe ao outro danos que podem ser resultado tanto de recursos físicos quanto de estratégias de dominação como a argumentação, a humilhação, o apelo emocional, a manipulação e a chantagem, as quais independem do gênero do parceiro, de forma que na dinâmica conjugal os papéis de dominador e dominado não podem ser associados a priori ao homem ou à mulher. Conclui-se que o enfoque relacional pode contribuir para uma compreensão mais ampla acerca de como ambos os parceiros atuam na produção e manutenção da violência.

**Palavras-chaves:** Masculinidades. Violência; Gênero. Enfoque relacional.

#### **Abstract**

*This theoretical study aimed to discuss the relation between masculinities violence between heterosexual intimate partners by the relational approach which considers it a human problem that goes beyond explanations centered on gender issues as the main explanatory model. Violence between intimate partners is understood as a product of the couple's dynamics and would tend to occur reciprocally. According to this approach, the game that is established in the relationship infringes on the partner damages that can be the result of both physical resources and domination strategies such as argumentation, humiliation, emotional appeal, manipulation and blackmail, which do not depend on the his gender, so that in the marital dynamics the roles of domineering and dominated cannot be tributed a priori to man or woman. It is concluded that the relational approach can contribute to a broader understanding of how both partners act in the production and maintenance of violence.*

**Keywords:** Masculinities. Violence. Gender. Relational approach.

#### **Resumen**

*Este estudio teórico discute la relación entre las masculinidades y la violencia en la relación de pareja heterosexual a partir de un enfoque relacional que la considera un problema humano que va más allá de explicaciones centradas en el género como principal modelo. La violencia en la relación de pareja se comprende como producto de la dinámica de pareja y tendería a ocurrir de manera recíproca. Según este enfoque, el juego que se establece en la relación infringe al otro daños que pueden ser resultado tanto de recursos físicos como de estrategias de dominación tales como la discusión, la humillación, la apelación a las emociones, la manipulación y el chantaje, los cuales no dependen del género del cónyuge, de forma tal que en la dinámica conyugal los papeles de dominador y dominado no pueden ser asociados a priori al hombre o a la mujer. Se concluye que el enfoque relacional puede contribuir a una comprensión más amplia de como ambos hombres e mujeres actúan en la producción y mantenimiento de la violencia.*

**Palavras claves:** Masculinidades. Violência. Género. Enfoque relacional.

---

### **Introdução**

Os estudos sobre masculinidades alcançaram notável avanço a partir do final dos anos 70 e início dos 80 como reação positiva aos estudos sobre a mulher. De acordo com Kimmel (2008), os primeiros a se dedicarem à questão foram os psicólogos, os antropólogos, os sociólogos e os historiadores. O caminho já havia sido traçado pelos estudos do movimento feminista, os quais destacaram as questões relacionadas ao gênero, às diferenças culturais entre homem e mulher e às desigualdades oriundas das relações de

poder entre os gêneros. Na medida em que avançavam os estudos sobre a mulher e o feminismo, avançava também a compreensão da construção social das masculinidades. Estas, de acordo com Connel e Messerschmidt (2013, p. 250), não podem ser entendidas enquanto entidades fixas que se encarnam nos corpos ou nos traços de personalidade, mas como “configurações de práticas que são realizadas na ação social e podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular”.

As discussões sobre as relações entre diversidade, orientação sexual, raça e nível sócio econômico que perpassam os estudos sobre a mulher e o feminismo lograram aos estudos sobre o homem uma gama de tópicos que giram em torno do fator cultural. A partir deste prisma, as noções do ser homem dependem de cada cultura e tendem a mudar com o tempo. Neste artigo teórico, buscou-se inicialmente analisar as questões de gênero relativas às masculinidades na atualidade e, em seguida, abordou-se sua relação com a violência conjugal contra homens em relacionamentos heterossexuais a partir de um enfoque relacional da Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) para o qual o que está em jogo são as relações conflituosas que se estabelecem na dinâmica do casal sem restringi-lo ao problema da violência contra a mulher ou ao problema do homem autor de violência (Archer, 2000; Johnson, 2000; Straus, Gelles & Steinmetz, 1980).

### **As masculinidades**

O termo “masculinidades” (no plural) sugere uma visão de homem descolada dos determinantes biológicos ligados ao sexo e atribui-lhe uma conotação mais ampla que recusa a redução dos comportamentos e atitudes dos indivíduos do gênero masculino a uma única forma de ser homem. Em vez disso, busca-se explorar a pluralidade das identidades masculinas, inscrevendo no seio de uma mesma referência cultural masculina hegemônica um leque de possibilidade do que seja ser um homem (Gomes, 2008). Segundo Moreno (2016), as masculinidades vêm passando por transformações nas últimas décadas, sendo possível atualmente identificar três modos de subjetivação do gênero masculino, o tradicional, o transicional e o inovador. O tradicional se refere à conhecida figura do macho protetor, provedor, forte e heterossexual, pouco cuidadoso (consigo e com os outros) e muito preocupado com o trabalho, pouco sentimental e muito racional que considera a mulher um ser mais frágil cujas principais atribuições devem ser cuidar do lar e dos filhos. O modo transicional se refere àqueles que guardam os valores do homem tradicional, mas que aceitam que suas mulheres possam trabalhar e não se

mostram avessos à afetividade e à construção de vínculos afetivos com suas famílias e parceiras. Já o modo inovador não considera obrigatórios o casamento, a paternidade e o sucesso profissional. O autocuidado (e o cuidado do outro) é mais frequente e inclui tanto a saúde quanto a estética. A ousadia e o risco típico da masculinidade tradicional estão presentes, porém se misturam a uma vivência do corpo menos mecânica e mais prazerosa.

Enquanto demarcador social, o gênero estabelece práticas e padrões de influência na conduta dos indivíduos quanto ao ser homem e ao ser mulher os quais são repassados de geração em geração. Para Butler (2016), ele estaria nas raízes da organização social do matrimônio, da divisão do trabalho e da estruturação do parentesco. O gênero consistiria em uma repetição de atos que levaria à estilização do corpo, uma forma rotineira com a qual tendemos a desenvolver gestos, movimentos e estilos. No caso dos meninos, se por um lado se ensina a virilidade, o domínio, a atividade e a coragem, por outro se ensina a evitar os estereótipos de feminilidade como a docilidade, a fragilidade e o cuidado. Desde cedo, eles aprendem que “para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres” (Welzer-Lang, 2001, p. 462). O binômio razão-emoção, por exemplo, possui estreita relação com as questões de gênero, sendo a razão associada ao masculino e a emoção ao feminino. A máxima “meninos não choram” se constitui um dos princípios que integram processos de subjetivação nos quais eles tendem a controlar suas emoções e associar tal controle ao modelo tradicional de masculinidade (Silva & Gastaldi, 2020).

Ao discutir o conceito de gênero, Butler (2016) discute seu descolamento da categoria “sexo” por ser melhor entendido enquanto performance na qual o masculino e o feminino poderiam se alternar conforme os atos do sujeito. Segundo a autora, “homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (Butler, 2016, p. 26).

Connell e Messerschmidt (2013) relativizam o conceito de masculinidade afirmando haver diversos modos de ser homem e associando-os a dois fatores básicos: a geografia e a hierarquia. Geograficamente, as práticas do masculino ocorreriam em âmbito global (mundialmente disseminadas e facilmente identificadas como próprias do masculino), em âmbito regional (sofrendo variação de acordo com a cultura de cada país) e em âmbito local (ocorrendo no cotidiano do grupo, como por exemplo, a família). Hierarquicamente, tais práticas constituiriam formas de ser homem que podem variar

desde as menos até as mais privilegiadas. Em uma determinada cultura, por exemplo, devido ao racismo o indivíduo que é homem e negro pode não compartilhar os mesmos privilégios que o indivíduo branco. Trata-se de uma masculinidade hegemônica, um modo de ser homem que se impõe como modelo ideal a ser alcançado e cujas práticas incluem o exercício de dominação sobre mulheres e homens que não se enquadram no padrão (Connell, Ashenden & Kessler, 1982).

Conforme Connell e Messerschmidt (2013, p. 245), a masculinidade hegemônica “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens”. Este conceito tem íntima relação com a noção de viriarcado, termo aqui preferido por não ter a conotação de paternidade presente no conceito de patriarcado mesmo mantendo a noção de masculinidade (Mathieu, 1991). O viriarcado estabeleceria o exercício de poder dos homens sobre as mulheres e a manutenção de privilégios que englobariam praticamente todas as dimensões da vida social, regulando as relações de trabalho, a família, a religião, os corpos e a vivência da sexualidade, cujo resultado seria a redução do feminino a um lugar de inferioridade em relação ao masculino. Trata-se de um duplo paradigma naturalista que consistiria em uma superioridade masculina sobre as mulheres e uma normatização do que deveria ser a sexualidade masculina (Welzer-Lang, 2001, 2009). Isto produziria uma norma política androcentrada e homofóbica que se caracterizaria por um perfil de homem viril, não efeminado, ativo e dominante, capaz de reivindicar os privilégios de seu gênero, havendo ainda os que aí não se enquadram “e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos ‘outros’, ao grupo dos dominados/as que compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem normal” (Welzer-Lang, 2001, p. 468).

Esta intrincada rede de dominação geraria, entretanto, prejuízos para ambos os lados. Segundo Kimmel (2008 p. 19, tradução nossa): “Descobrimos que o sexismo não funciona para as mulheres e menos ainda para os homens”, pois se ele funciona para eles enquanto grupo não funciona individualmente. Se por um lado eles detêm o lugar da força e da resistência, por outro tendem a descuidar de si por se considerarem mais fortes e, portanto, menos susceptíveis às adversidades (Moura, Gomes & Pereira, 2017). A noção de viriarcado, portanto, não pode ser considerada uma via de mão única na qual os homens viveriam imunes aos problemas que advém do machismo. A própria noção de masculinidade hegemônica traria em si a ideia de que eles também seriam afetados pelas

vicissitudes desta hierarquia já que os homens considerados mais “fortes” poderiam dominar os considerados mais “fracos”, o que destaca seu papel fundamental de exercício de poder sobre o outro. Para Kimmel (2008, p. 22): “A verdadeira questão não são as diferenças entre mulheres e homens, mas o que diferencia as mulheres entre elas mesmas e os homens entre si” (tradução nossa). As questões geradas pelos problemas de gênero atingiriam, assim, homens e mulheres e não se reduziriam ao binômio opressor/oprimida, de forma que a reflexão das relações conflituosas deveria levar em conta a compreensão de como, através de variadas formas, eles buscariam exercer domínio sobre o outro.

### **A violência entre parceiros íntimos e o enfoque relacional**

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) pode ser definida como “qualquer comportamento que cause dano físico, psicológico ou sexual àqueles que fazem parte da relação” (Krug & Dalberg, 2002, p. 91). No que se refere às relações heterossexuais, ela tem sido abordada na literatura a partir de três óticas: a da mulher que a sofre, a do homem que a comete e a do casal mutuamente violento (Ceja, Velázquez, Velázquez & Perea, 2019). Diversos autores, entretanto, têm apontado para a necessidade de se compreender a VPI a partir de um enfoque relacional cuja base teórica relaciona-se aos estudos da sociologia da família (Archer, 2000; Johnson, 2000; Straus et al., 1980). Este enfoque está centrado na dinâmica conflituosa do casal cujos parceiros atuam mutuamente na sua produção e/ou manutenção e considera que o tradicional modelo dominador/dominado apresenta limitações para uma compreensão mais ampla da VPI, não obstante tenha sido válido para a formação de um corpo de conhecimentos importante para a conquista dos direitos sociais da mulher.

Conforme Casimiro (2008), o modelo dominador/dominado se aplica melhor aos casos de “terrorismo íntimo”, definido por Jhonson e Ferraro (2000) como o desejo de um dos parceiros de exercer um controle geral sobre o outro, o que pode não ser o caso dos outros tipos de VPI tais como a “violência comum ou situacional” na qual os motivos surgem de discussões ou desentendimentos específicos que não têm relação direta com um padrão de comportamentos de controle do parceiro, a “violência como resistência” caracterizada pela legítima defesa e o “controle violento mútuo” em que ambos os parceiros se envolvem em situações de violência e controle.

De acordo com Casimiro (2008, p. 595): “A violência no casal, física, mas também psicológica, pode em alguns casos não estar tão relacionada com uma questão de

gênero, mas antes com a própria dinâmica conjugal”. O jogo de dominação entre os parceiros não é considerado uma simples reprodução do que ocorre nas relações entre homens e mulheres em contextos mais amplos como (trabalho, religião, educação, política entre outros) já que existiriam peculiaridades próprias à dinâmica das relações íntimas (Cantera, 2007). Alguns exemplos seriam a manipulação dos vínculos afetivos, a ênfase em estratégias de dominação baseadas em manipulação de afetos, o revezamento dos papéis de dominador e dominado, a tolerância mútua de comportamentos abusivos e o ciúme patológico.

Esta perspectiva busca superar a estreita relação que alguns autores fazem entre o masculino e a violência ao focarem o gênero enquanto principal fator para compreender a VPI (Chagoya, 2014; Saffioti, 2001). Eles tendem a considerar a violência cometida pelas mulheres uma reprodução da violência sofrida no relacionamento ou uma questão de legítima defesa. Natividade (2017, p. 75), por exemplo, reconhece a violência cometida por mulheres no âmbito da intimidade, mas considera que a base argumentativa “que sustenta a produção do signo do homem vítima deve ser relativizada, pois ela não inclui o contexto sócio-histórico das relações de gênero”. Saffioti (2001, p. 115), por sua vez, afirma que “nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença”.

Pode-se perguntar, entretanto, se não ter um projeto de dominação enquanto categoria social implica necessariamente em não o ter enquanto indivíduo. De fato, o problema se insere em um campo complexo no qual é preciso considerar que, mesmo que a categoria gênero “homem” esteja associada à histórica dominação-exploração sobre homens e mulheres, no âmbito da intimidade tal lógica encontra diversas possibilidades, podendo ser exercidas múltiplas formas de dominação, manipulação, controle e abuso, de forma que o problema de se afirmar que as mulheres sofrem violência íntima principalmente por serem mulheres seria ter que considerar que os homens a cometem principalmente por serem homens, o que equivaleria a uma necessária essencialização da violência ao masculino e da não violência ao feminino. Pensar assim, entretanto, requer considerar a VPI praticada pela mulher uma questão de legítima defesa, desconsiderando o jogo de dominação e controle mútuos e cristalizando a dinâmica dos casais em conflito.

Partir de um enfoque relacional, portanto, não se resume em aceitar que homens e mulheres sejam capazes de provocar danos ao outro, mas considerar a violência um problema do casal e não exclusivamente um problema de violência contra a mulher. Significa também compreender que o jogo que se estabelece na relação infringe ao parceiro danos que podem ser resultado tanto de recursos físicos quanto de estratégias de dominação típicas da violência psicológica como a habilidade para a argumentação, a humilhação, o apelo emocional, o ciúme, a manipulação e a chantagem, as quais independem do seu gênero, de forma que na dinâmica conjugal os papéis de dominador e dominado não podem ser definidos *a priori*.

De fato, não obstante historicamente a VPI esteja associada ao homem autor de violência, diversos estudos têm indicado que o problema não é exclusividade da mulher vítima. No Brasil, de acordo com o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015), 588.746 ou 46,4% das vítimas de violência no domicílio eram homens na faixa etária dos 18 aos 60 anos ou mais. No que se refere especificamente à VPI, os casos registrados contabilizam apenas 189.715 homens (18%) e, no caso das mulheres, 854.554 (82 %). Em um estudo realizado em municípios brasileiros, Zaleski, Pinsky, Laranjeira, Ramisetty-Mikler e Caetano (2010, p. 56) verificaram que “as mulheres se envolveram em mais episódios de perpetração leves e graves do que os homens”. De acordo com Lindner, Coelho, Bolsoni, Rojas e Boing (2015), pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estudos mostram que mulheres usam com mais frequência violência psicológica e violência física além de armas de fogo e outros objetos. Whitaker; Haileyesus, Swahn e Saltzman (2007), afirmam que as mulheres foram as agressoras em 70% dos casos de VPI não recíproca nos EUA, ou seja, aquela em que apenas um dos parceiros agrediu. Archer (2000), em sua revisão meta-analítica, afirma que, em mais de 80 estudos de violência física entre parceiros heterossexuais, 35% das vítimas feridas pelo parceiro e 39% daqueles que necessitaram de tratamento médico eram homens.

Estes estudos contrastam com a invisibilidade da violência íntima contra homens. Diversos autores têm sinalizado que eles não têm o hábito de falar sobre o assunto, buscar ajuda ou denunciar a violência sofrida (Ceja et al., 2019; Diniz, 2019; Dotoli & Leão, 2015; Safariolyaei & Amiri, 2017). Cezario, Fonseca, Lopes e Lourenço (2015), em sua revisão brasileira referente ao período de 2000 a 2013, encontraram apenas três 3 artigos nacionais sobre o tema. Os próprios organismos internacionais costumam usar a expressão violência de gênero exclusivamente para se referir às mulheres.

Compreender a VPI a partir de um olhar mais abrangente implica, portanto, considerar as múltiplas formas de dominação, manipulação, controle e abuso atuantes nas relações de intimidade as quais podem ou não estar fundamentadas no ser um homem ou uma mulher numa sociedade viriarcal (Diniz, 2019; Cantera, 2007; Cezario et al., 2015). Welzer-Lang (2009, p. 89), sociólogo francês estudioso da área de violência conjugal, afirma que a VPI “não está principalmente ligada nem ao sexo nem à psicologia ou à hormonologia masculina (ou feminina), mas à afirmação e aos efeitos da dominação deste ou daquele que se pensa e se vê como superior” (p. 89).

O enfoque relacional, entretanto, não despreza a influência do viriarcado e todo seu conjunto de concepções machistas que tem influenciado a dominação dos homens sobre as mulheres em várias sociedades ao longo da história, mas apresenta uma compreensão que vai além da associação da violência ao masculino e da naturalização do binarismo homem dominador-mulher dominada. Ele possibilita reflexões capazes de abrir novos espaços de discussão e acolher diferentes narrativas. Se por um lado as estatísticas apontam para o homem enquanto principal perpetrador, por outro há a ausência de discursos que os visibilizem enquanto vítimas. Diniz (2019), em sua tese de doutorado sobre a VPI contra homens constatou que eles podem ter vivências de manipulação e relacionamento abusivo semelhantes às relatadas nas pesquisas acerca da violência contra a mulher (Waiselfisz, 2015), além de se considerarem excluídos dos dispositivos legais e da atenção adequada tanto nas agências jurídicas quanto nas agências de segurança e saúde. Estudos como este indicam que, devido ao constante processo de mudança das configurações sociais tais como a consolidação da mulher no mercado de trabalho e a revisão dos modelos tradicionais de masculinidade, faz-se necessário um redimensionamento dos tópicos investigativos e dos modelos de análise nas pesquisas acerca do assunto.

### **Considerações finais**

Partir de um enfoque relacional da VPI não significa subestimar a influência do viriarcado sobre as relações íntimas. Uma educação machista, por exemplo, pode afetar diretamente as concepções e atitudes de homens e de mulheres na produção da violência. A análise do problema, entretanto, perpassa necessariamente por uma mudança nas mentalidades e nas culturas, compreendendo novas configurações de gêneros que envolvam masculinidades menos duras.

Faz-se necessária a produção de pesquisas científicas que aprofundem a violência no casal a partir de pontos de vista diversos. A investigação das experiências de ambos os parceiros pode contribuir para a construção de uma compreensão que atente para as formas como ambos atuam na sua produção e manutenção. Neste sentido, são importantes as investigações que privilegiam as condições vivenciais que sustentam os conflitos, desapegadas de concepções cristalizadas e abertas às diversas possibilidades de tais vivências. As pesquisas científicas precisam, também, considerar a produção de investigações nos diversos âmbitos sociais (justiça, saúde, segurança, economia, religião) os quais podem fornecer indicadores capazes de construir um panorama que apresente as experiências do casal como um todo dinâmico, cotejando-se as heranças do conjunto de valores que regem as relações entre os gêneros e suas peculiaridades e buscando-se um equilíbrio entre as diversas tensões aí presentes.

### Agradecimentos

Agradeço à Universidade do Estado do Pará pela bolsa de estudos de doutorado e à Capes pela bolsa de doutorado sanduíche para a Universidade de Toulouse na França.

### Referências

- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126, 651-680. <https://doi.org/10.1037//0033-2909.126.5.651>.
- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade* (11a ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cantera, L. M. (2007). *Casais e violência: um enfoque além do gênero*. Porto Alegre: Dom Quixote.
- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, 579-601. (doi inexistente). Recuperado de: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222271301F5hRJ2yz1Oz55WJ0.pdf>.
- Chagoya, M. F. (2014). Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: algunas provocaciones a propósito del “cambio” en los hombres. *Conexões Psi*, 2(1), 31-56. Recuperado de: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/32256/pdf>
- Ceja, N. V., Velázquez, M. A. S., Velázquez, L. E. T.; Perea, J.G. F. (2019) Voces silenciadas: hombres que viven violencia em la relación de pareja. *Revista de Estudios*

- de *Género*, La Ventana, 50, 136-172. Recuperado de: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-94362019000200136](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362019000200136).
- Cezario, A. C. F., Fonseca, D. S., Lopes, N. C. & Lourenço, L. M. (2015). Violência entre parceiros íntimos: uma comparação dos índices em relacionamentos hetero e homossexuais. *Temas em Psicologia*, 23(3), 565-575. <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-04>
- Connell, R.; W., Ashenden, D.; Kessler, S. (1982) *Making the difference: schools, families and social division*. Sydney/Australia: Allen and Unwin.
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>
- Diniz, C. P. S. (2019). *Homens que vivenciam violência perpetrada por suas parceiras íntimas: uma abordagem fenomenológico-existencial*. Tese de Doutorado em Psicologia – Universidade Federal do Pará, Belém do Pará. Recuperado de: [https://drive.google.com/file/d/1\\_pSDX60Qbg8PSDiyu2VxPDCnvq3Cghqv/view](https://drive.google.com/file/d/1_pSDX60Qbg8PSDiyu2VxPDCnvq3Cghqv/view)
- Dotoli, F. S. G. & Leão, A. M. de C. (2015). Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10(2), 1641-1659. Recuperado: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8341/5649>
- Gomes, R. (2008). *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Johnson, M. P. & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: making distinctions. *Journal of Marriage and Family*, 62, 948– 963. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00948.x>
- Kimmel, M. (2008). Los estudios de la masculinidad: una introducción. In À. Carabí & J. M. Armengol (Orgs.). *La masculinidad a debate* (pp. 15-31). Barcelona, Icaria.
- Krug, E. & Dalberg, L. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>
- Lindner, S. R., Coelho, E. B. S., Bolsoni, C. C., Rojas, P. F., Boing, E. F. (2015). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 31(4), 815-826. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00159913>
- Mathieu, N.-C. (1991). *L'Anatomie politique, catégorisations et idéologies du sexe*. Paris, Côté-femmes.
- Moreno, S. Y. F. (2016). Varones y masculinidades en clave feminista: trascendiendo invisibilidades, ausencias y omisiones. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 22, 249-277. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.11.a>

- Moura, E. C. de.; Gomes, R. & Pereira, G. M. C. (2017). Percepções sobre a saúde dos homens numa perspectiva relacional de gênero, Brasil, 2014. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 22(1), 291-300. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017221.17482015>.
- Natividade, C. (2017). Novos signos da(s) masculinidade(s): o homem vítima de violência. In Beiras, A. & Nascimento, M. (Orgs.). *Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro* (pp. 52-81). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>
- Safariolyaei, N. & Amiri, M. (2017). Impact of intimate partner violence against men. *International Journal of Law, Education, Social and Sports Studies*, 4(1), 43-47. Recup.:[https://www.researchgate.net/publication/334837042\\_IMPACT\\_OF\\_INTIMATE\\_PARTNER\\_VIOLENCE\\_AGAINST\\_MEN](https://www.researchgate.net/publication/334837042_IMPACT_OF_INTIMATE_PARTNER_VIOLENCE_AGAINST_MEN)
- Silva, R. B., & Gastaldi, R. M. R. (2020). Notas sobre o masculino no discurso da modernidade a partir de duas obras cinematográficas. *Revista De Psicologia*, 11(1), 156 - 165. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.11.1.2020.17>
- Straus, M. A.; Gelles, R. J.; Steinmetz, S. K. (1980) *Behind Closed Doors: violence in the american family*, New York, Doubleday/Anchor.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. 2015. Recuperado:[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf).
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: a dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>
- Welzer-Lang, D. (2009). Les hommes battus. *Empa*, 1(73), 81-89. <https://doi.org/10.3917/empa.073.0081>.
- Whitaker, D. J; Haileyesus, T.; Swahn, M.; Saltzman, L. S. (2007). Differences in frequency of violence and reported injury between relationships with reciprocal and nonreciprocal intimate partner violence. *American Journal of Public Health*, 97(5), 941-947. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1854883/>
- Zaleski, M., Pinsky, I., Laranjeira, R., Ramisetty-Mikler, S., Caetano, R. (2010). Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. *Revista de Saúde Pública*, 44(1), 53-59. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102010000100006>

Submetido em: 10/07/2020

Aceito em: 15/10/2020